



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <https://www.cmm.pr.gov.br>

PROJETO DE LEI Nº 17346/2025

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Dispõe sobre a priorização da contratação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), preferencialmente por meio de credenciamento, para a prestação de serviços especializados no atendimento a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do Município de Maringá.

Art. 1.º A Administração Pública Municipal priorizará a contratação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) para a prestação de serviços especializados no atendimento a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), preferencialmente por meio de credenciamento.

§ 1.º O credenciamento de que trata o *caput* deste artigo deverá contemplar profissionais e empresas que comprovem qualificação técnica nas seguintes áreas:

- I – psicologia;
- II – fonoaudiologia;
- III – educação física;
- IV – terapia ocupacional;
- V – fisioterapia neurológica;
- VI – psicopedagogia;
- VII – outras especialidades terapêuticas reconhecidas para o tratamento do TEA.

§ 2.º O rol de atividades previsto neste artigo possui caráter exemplificativo, podendo ser ampliado pelo Poder Executivo, conforme a necessidade e a evolução das práticas terapêuticas voltadas ao tratamento do TEA.

§ 3.º O credenciamento será analisado na fase de planejamento das contratações, avaliando-se sua viabilidade e vantajosidade em comparação com outras formas de contratação previstas na legislação vigente.

Art. 2.º A não adoção do credenciamento dependerá de justificativa expressa e fundamentada, devendo a Administração Pública demonstrar:

- I – a inexistência de ME ou EPP credenciáveis nas especialidades requeridas;
- II – a inviabilidade técnica, econômica ou jurídica da modalidade;
- III – a superioridade da alternativa de contratação eleita.

Art. 3.º Os parâmetros para execução desta Lei, inclusive quanto a valores de remuneração, prazos contratuais e condições para a prestação dos serviços de que trata esta Lei serão estabelecidos em regulamento a ser editado pelo Poder Executivo, observado o disposto na legislação aplicável às contratações públicas.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 18 de março de 2025.

MAJÔ CAPDEBOSCQ
Vereadora-Autora



Documento assinado eletronicamente por **Majorie Catherine Capdeboscq, Vereadora**, em 01/04/2025, às 14:38, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0380178** e o código CRC **0D25F97E**.